

Assunto: Alívio com canabidiol subsidiado - 5ª Vara da Fazenda Pública do Recife

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Capa

Seção/Repórter:

Página: 1

Data: 18/12/2014

jornal do  commercio

Bobby Fabusak/JC Imagem



Alívio com canabidiol subsidiado

Maycon Cavalcanti, 4 anos, que sofre de epilepsia, é um dos primeiros brasileiros a ganhar direito de receber gratuitamente do Estado medicação feita de substância da maconha.

© cidades 1

Assunto: Alívio com canabidiol subsidiado - 5ª Vara da Fazenda Pública do Recife

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Cidades

Seção/Repórter:

Página: 1

Data: 18/12/2014

jornal do  commercio

Estado custeia o canabidiol

DECISÃO JUDICIAL Criança de 4 anos portadora de epilepsia ganha direito de receber gratuitamente remédio à base de maconha

Há cerca de dois anos, o menino Maycon Cavalcanti Alcântara, 4 anos, teve a primeira convulsão decorrente da epilepsia. Desde então, tem até oito crises diariamente, o que totaliza mais de 200 por mês. Para controlar os episódios, ele já fez uso de várias medicações convencionais, que não apresentaram eficácia. O garoto representa um dos poucos pacientes no Brasil que ganharam o direito de receber gratuitamente do Estado o canabidiol (CBD), substância encontrada na maconha.

A decisão é do juiz Haroldo Carneiro Leão Sobrinho, da 5ª Vara da Fazenda Pública do Recife. "Estamos agora à espera da compra do medicamento pela Secretaria de Saúde de Pernambuco. Vamos ficar em cima até ter o CBD em mãos", conta o pai de Maycon, o profissional autônomo Jackson Alcântara, 40. Na terça-feira (16), o Diário Oficial da União publicou decisão do Conselho Federal de Medicina (CFM) de liberar a prescrição do CBD para tratamento de crianças e adolescentes como Maycon, com epilepsia e convulsões que não tenham respondido bem a outras medicações.

A resolução do CFM, na opinião de alguns médicos, tem lacunas porque limita a prescrição de um produto que, na prática e na literatura médica, apresentou eficácia para doenças como esclerose múltipla, Alzheimer, Parkinson, alguns tipos de câncer e dores neuropáticas. "Não ficou clara a questão sobre os critérios usados pelo CFM para limitar o uso do CBD por uma faixa etária com um determinado problema de saúde. Por que não autorizar a aplicação de outros derivados da planta? E por que só neurologistas, neurocirurgiões e psiquiatras estão aptos a fazer a prescrição do medicamento?", questiona o médico Pedro da Costa Mello Neto.

O médico, que atua em Pernambuco, já é membro da Associação Brasileira de Pacientes de Cannabis Medicinal, criada no Rio de Janeiro no sábado (13). Segundo Pedro, a entidade tem como objetivo defender o uso da substância por quem se enquadra nos critérios para uso dos derivados da planta através do cultivo e importação de maneira legal. "Sabemos que o produto, quando bem indicado, ajuda a reduzir crises convulsivas e, consequentemente, melhora o estado de alerta do paciente, o tônus muscular e o desenvolvimento psicomotor", explica.

No caso de Maycon, cuja família conseguiu autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em caráter excepcional, para importação do CBD, já foi observada melhora do quadro clínico com uma ampola do produto. "Em 15 dias de uso, ele só teve uma crise diariamente, passou a interagir mais e ficou mais esperto. Mas não temos condições de custear a medicação. Por isso, a decisão judicial chegou em boa hora", relata o pai de Maycon.

Embora os médicos passem a ter chancela do CFM para receitar CBD em alguns casos, a substância continua classificada pela Anvisa como de uso proscrito - ou seja, só pode ser importada após autorização da agência e da apresentação de documentos por parte dos pacientes. Até agora, a Anvisa recebeu 297 pedidos de importação de canabidiol para uso pessoal (238 foram autorizados).

A professora Ingrid Farias, 25, é mais uma paciente que recorre à substância encontrada na maconha. "Já fiz uso de vários medicamentos para tratar dor crônica. Só consegui ficar bem depois que comecei a usar o produto por indicação médica", conta Ingrid, representante do Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco. "Precisamos trabalhar para ampliar o debate sobre os benefícios da maconha medicinal", ressalta Ingrid.



Bobby Fabisak/JC Imagem



Apesar das crises convulsivas, Maycon frequenta a escola, pois sabemos que é importante para o desenvolvimento dele ter contato com outras crianças. Ele é acompanhado por uma auxiliar, que o orienta durante as aulas”, **diz a mãe do garoto, a dona de casa Silvia Cavalcanti da Silva, 37 anos**



Igo Blone/JC Imagem



A resolução do CFM representa um avanço tímido, pois a maconha tem vários outros compostos, além do canabidiol, que podem ajudar no tratamento de várias doenças. Precisamos, então, ampliar a discussão sobre esses benefícios medicinais”, **diz a professora Ingrid Farias, 25 anos**

Saiba mais



• O canabidiol (CBD) não é o único componente da maconha que tem potencial terapêutico. Ao todo, a planta tem 80 substâncias que podem ter fins medicinais

• O CBD não produz os efeitos psicoativos típicos da planta. Ou seja, o CFM ressalta que não se pode confundir a aplicação medicinal com o uso do produto in natura

• Os médicos prescritores deverão ser previamente cadastrados em plataforma online criada pelo CFM para esse fim. O mesmo deve ocorrer com os pacientes

• Para receber a prescrição, o paciente necessita preencher os critérios de indicação e contraíndicação para inclusão no uso compassivo

• A regra veda a prescrição da planta in natura para uso medicinal, bem como de outros derivados, que não o canabidiol

• O tetraidrocanabinol (THC) é mais outra substância estudada em todo o mundo com o objetivo de se comprovar o seu uso medicinal

• Componentes encontrados na maconha podem ser eficazes não apenas para tratar epilepsia, mas também outras doenças neurológicas e sintomas como náusea e vômito em pacientes com câncer que passam por quimioterapia. As substâncias também podem reduzir dores crônicas e controlar a ansiedade generalizada

Assunto: Audiência de Instrução e julgamento - Crime no Arruda	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa	Seção/Repórter:
Página: 1	Data: 18/12/2014

jornal do  commercio

Crime no Arruda

Justiça começa a ouvir testemunhas da morte do torcedor atingido por um vaso sanitário.  esportes 1

Assunto: Audiência de Instrução e julgamento - Crime no Arruda

Veículo: Jornal do Commercio

Editoria: Esportes

Seção/Repórter:

Página: 1

Data: 18/12/2014

jornal do  commercio

Justiça dá seus passos

CRIME NO ARRUDA Após oitiva de 7 testemunhas, audiência será retomada em 4/2 com novos depoimentos

Os parentes do soldador naval Paulo Ricardo Gomes, de 26 anos, assassinado no dia 2 de maio deste ano ao ser atingido por um dos dois vasos sanitários jogados da arquibancada do Arruda, queriam, ao menos, terminar o ano com a certeza de que os responsáveis pelo crime seriam levados a júri popular. A decisão poderia ter saído ontem. Mas não aconteceu. A audiência de instrução e julgamento dos três acusados começou no início da tarde de ontem na 2ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Rodolfo Aureliano, em Joana Bezerra, mas foi suspensa antes do anoitecer. Ela continuará no dia 4 de fevereiro de 2015, às 13h, no mesmo local.

Ontem, o juiz Jorge Luiz dos Santos Henrique ouviu sete testemunhas de acusação. Duas não compareceram. Uma delas é vítima dos estilhaços dos vasos, que terá seu depoimento tomado por meio de carta precatória em Igarassu até o dia 18 de janeiro do próximo ano. A outra é o presidente da Torcida Jovem do

A delegada deve ser ouvida na continuação da audiência em fevereiro do próximo ano com três testemunhas de defesa e os três réus - Everton Felipe Santiago Santana, 23 anos, Luiz Cabral de Araújo Neto, 30, e Waldir Pessoa Firmo Júnior, 34 - que depois da audiência de ontem retornaram ao Cotel. Os defensores deles insistiram na tese de que os mesmos não tiveram a intenção de matar. "Nós estamos convencidos de que não houve nenhum tipo de dolo, ou seja, não existiu a intenção de tentar matar ninguém e vamos mostrar isso", afirmou o advogado Paulo Sales.

Após audiência de fevereiro, o juiz Jorge Luiz decidirá se o caso vai ao Tribunal do Júri

Sport, Mário de Azevedo Santos Júnior, Marinho, de 35 anos, que foi preso no mês passado por conta de uma briga entre torcidas organizadas no Centro do Recife.

Segundo o tribunal, um mandado foi enviado primeiro para a sua casa. Depois, um novo documento foi encaminhado ao Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, Grande Recife, onde ele estava preso, mas, de acordo com o tribunal, não foi entregue porque ele já teria sido solto. Foi pedido, então, que a testemunha fosse substituída pela delegada Gleide Ângelo, que ficou à frente do inquérito policial do caso. A solicitação foi aceita pelo juiz.

No final da audiência, o juiz Jorge Luiz vai decidir se os réus serão levados ou não para júri popular, o mais provável tendo em vista as provas reunidas no processo. Essa é a esperança da família de Paulo Ricardo, que compareceu ontem ao local, com camisas com a foto dele e a frase “um guerreiro não morre, e sim descansa”. “Acho que não tem como se safarem até porque são réus confessos. Eles têm que ir a júri popular. Acreditamos nas autoridades, no Poder Judiciário, então, esperamos que a justiça seja feita, que eles sejam condenados e com pena máxima”, disse Tiago Valdevino, tio de Paulo.



Fotos: Bobby Fabissak/JC Imagem

AUDIÊNCIA Os três acusados foram até o fórum, mas só devem ser ouvidos na continuação da audiência em 4 de fevereiro de 2015

Ontem aconteceu parte da primeira audiência de instrução e julgamento do crime que matou Paulo Ricardo da Silva, no dia 2 de maio deste ano. Ele foi atingido por uma bacia sanitária jogada de cima do Estádio do Arruda pelos três acusados Éverton Filipe Santiago Santana, Waldir Pessoa Firmo Júnior e Luiz Cabral de Araújo Neto. O crime ocorreu logo após o fim do jogo Santa Cruz 1x1 Paraná Clube, pela Série B do Campeonato Brasileiro, e tem como pano de fundo a briga entre as organizadas Inferno Coral e Jovem do Sport, que prestava assistência à Fúria Independente, do clube paranaense, na ocasião

Quem foi ouvido ontem

↻ Sete testemunhas de acusação*

(*) Duas não compareceram: uma será ouvida por carta precatória até o dia 18 de janeiro e a outra foi substituída

Quem falta ser ouvido (no dia 4 de fevereiro, às 13h)

- ↻ Uma testemunha de acusação (a que foi substituída ontem)
- ↻ Três testemunhas de defesa
- ↻ Três acusados do crime

Decisão

↻ No final da audiência em fevereiro, o juiz Jorge Luiz dos Santos Henrique vai proferir a sua decisão. Devido às características do crime, é bem provável que ele encaminhe o processo para julgamento no Tribunal do Júri.

Assunto: Vereadores afastados pelo TJPE	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa Dois	Seção/Repórter:
Página: 2	Data: 18/12/2014

Vereadores afastados pelo TJ

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) decidiu afastar dez vereadores da Câmara Municipal de Caruaru, envolvidos nas investigações da Operação Ponto Final I, da Polícia Civil. A resolução foi divulgada ontem. Os parlamentares são acusados de cobrar propina para a aprovação de projetos da prefeitura.

Os vereadores devem cumprir a decisão quando a Câmara for notificada, mas podem

recorrer e levar o caso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF).

Na prática, a determinação atinge apenas cinco nomes da Casa no Agreste: Cecílio Pedro (PTB), Eduardo Cantarelli (SD), Louro do Juá (SD), Jajá (sem partido) e Sivaldo Oliveira (PP). Os outros parlamentares envolvidos já estavam afastados do cargo, desde janeiro, por causa da Operação Ponto Final II: Val de

Cachoeira Seca (DEM), Evandro Silva (PMDB), Neto (PMN), Val das Rendeiras (PROS) e Pastor Jadiel (PROS).

Na primeira fase da operação, os vereadores são acusados de corrupção passiva, crime contra a administração pública (concessão) e organização criminosa. Eles teriam exigido dinheiro do prefeito José Queiroz (PDT) para aprovação de um empréstimo no valor de R\$ 250 milhões para im-

plantação do sistema de BRT.

Na segunda etapa da Operação Ponto Final, foram denunciados por corrupção ativa e passiva e de organização criminosa com o objetivo de comprar assinaturas para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Câmara. A Polícia Civil ouviu 763 horas de gravações de conversas, gravadas com a colaboração do então secretário de Relações Institucionais da cidade, Marcos Casé.

Assunto: Situação prisional - 1ª Vara de Execuções Penais do Recife	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Capa Dois	Seção/Repórter: Jc nas ruas
Página: 2	Data: 18/12/2014

jornal do commercio

Pra valer!

O Diretório Estadual do PT decidiu intensificar a oposição ao PSB em Pernambuco, sobretudo no Recife. Preparam-se as baterias contra o prefeito Geraldo Júlio, no próximo ano, na Câmara Municipal.

Impunidade

A sensação de que nada vai acontecer com o deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), no sentido da cassação, causa indignação. Ele fez declarações machistas e perigosas. Será que o Brasil é um novo país?

Assunto: Suspensa ordem de prisão para bolsista	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: Cidades	Seção/Repórter:
Página: 2	Data: 18/12/2014

jornal do  commercio

Suspensa ordem de prisão para bolsista

Depois de 14 dias escondida sob o risco de ser presa, a estudante Karinny Oliveira volta hoje para Caruaru, no Agreste pernambucano. A mestranda de 38 anos recebeu ordem de prisão por não pagar uma dívida de R\$ 12.700 referentes à pensão para o ex-marido, o promotor de justiça Fernando Portela, que cuida dos dois filhos do ex-casal (o rapaz com 17 anos e a adolescente com 14). A ordem foi suspensa por juiz substituto cujo nome não foi divulgado. O processo corre em segredo de justiça.

A estudante tem como única fonte de renda uma bolsa de R\$ 1.500 e precisa pagar 80% de um salário mínimo, por mês. O valor foi determinado por liminar em Petrolina, cidade do Sertão na qual Fernando Portela atua como promotor e vive com os filhos. O promotor já alegou que o valor acertado judicialmente foi baseado nos ganhos que a própria estudante havia anexado em um processo de busca e apreensão dos filhos, em Caruaru. Karinny diz que, naquele momento, ministrava aulas particulares, o que elevava sua renda. Uma tentativa de acordo proposta pelo pro-

motor, na qual a dívida seria paga em 10 vezes, deve ser desconsiderada após a suspensão da ordem de prisão. Outra questão posta por Fernando Portela é de que inicialmente Karinny abriu mão da guarda dos filhos, concedida a ele através de liminar (assinada pelo juiz Marcos Franco Baccelar em 7 de março de 2012) depois que a ex-mulher pediu a guarda dos filhos em Caruaru. É nesse lugar delicado que hoje acontecem acusações, por parte de movimentos feministas que acompanham o caso de Karinny, de alienação parental e mesmo abuso de poder.

Karinny ainda responde a outro processo, de imissão de posse. O ex-marido exige que ela saia do apartamento no qual hoje reside, em Caruaru. O imóvel pertence aos filhos do ex-casal. A estudante alega que não tem para onde ir, e vai permanecer no local.

Na última terça-feira, entidades de defesa dos direitos humanos e da mulher se reuniram em uma audiência para entregar pouco mais de R\$ 7 mil para a família da estudante, em uma tentativa de pagar a dívida e livrar Karinny da prisão.

Assunto: TJPE afasta vereadores de Caruaru	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Capa	Seção/Repórter:
Página: 1	Data: 18/12/2014



> TJPE

Dez vereadores de Caruaru são afastados novamente

Política > Página 4

Assunto: TJPE afasta vereadores de Caruaru

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: Política

Seção/Repórter:

Página: 4

Data: 18/12/2014

FOLHA
DE PERNAMBUCO

Câmara de Caruaru aguarda pela notificação do TJPE

Justiça manda afastar vereadores suspeitos

■ **DEFESA** dos parlamentares alega surpresa com a decisão e promete recorrer para evitar o afastamento

LÍVIA MOTA

CARUARU - Uma nova decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco afastou novamente os dez vereadores de Caruaru que são investigados pela Operação Ponto



PARLAMENTARES são investigados porque teriam cobrado propina à Prefeitura

Final 1. Eles são acusados de cobrar propina para aprovar projetos do prefeito José Queiroz (PDT). Os embargos contra os parlamentares foram aceitos parcialmente por um grupo de desembargadores, que decidiu pelo afastamento cautelar, que impede, entre outras coisas, de sair da cidade.

A defesa dos vereadores se disse surpreendida. "Foi uma surpresa. O processo está na fase final. Todas as testemunhas e os vereadores foram ouvidos. Não entendo o porquê do afastamento cautelar, uma vez que de lá para cá não houve nenhum episódio que impedisse a continuidade das investigações", declarou o advogado Márcilio Cumaru.

A defesa informou que recorrerá da decisão tomada na última terça-feira, véspera de

Folha resume

Os dez vereadores de Caruaru que são investigados pela Polícia Civil por crime de corrupção deverão ser afastados novamente dos cargos. A decisão é do Tribunal de Justiça e só falta a Mesa Diretora da Câmara Municipal ser notificada. Todos também ficarão proibidos de deixar o município.

completar um ano da Operação Ponto Final. Os atingidos com a medida são: Neto (PMN), Eduardo Cantarelli (SD), Cecílio Pedro (PTB), Val das Renderias (Pros), Pastor Jádriel Nascimento (Pros), Jájá (sem partido), Evandro Silva (PMDB), Louro do Juá (SD), Sivaldo Oliveira (PP) e Val de Cachoeira Seca (DEM).

Em dezembro do ano pas-

sado, os dez parlamentares foram afastados da Câmara e retornaram no final do mês de maio deste ano. Em setembro, cinco deles voltaram a ser afastados. "Tem vereador afastado há quase oito meses, isso é um absurdo", reclamou Márcilio Cumaru. O advogado alertou que o Legislativo terá problemas com a prestação de contas porque

passará a pagar salários de quem ficará fora e dos suplentes, contabilizando um total de 33 parlamentares.

A Câmara dos Vereadores ainda não foi notificada. De acordo com o TJPE, assim que isso acontecer, a decisão terá de ser cumprida. "Não temos muito o que fazer. Quando notificados vamos afastar os vereadores e convocar os suplentes em caráter de urgência para não comprometer a agenda da Casa", ressaltou o presidente da Câmara, Leonardo Chaves (PSD).

Hoje, inclusive, cinco vereadores Neto, Val das Renderias, Val de Cachoeira Seca, Pastor Jádriel Nascimento e Evandro Silva, envolvidos na Operação Ponto Final 2 prestarão depoimento ao juiz da 4ª Vara Criminal de Caruaru.

Assunto: Audiência de Instrução e julgamento - Crime no Arruda

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: Esportes

Seção/Repórter:

Página: 1

Data: 18/12/2014

FOLHA
DE PERNAMBUCO

Audiência de instrução do caso da morte de torcedor terá sequência em 2015

Definições só no próximo ano

Folha resume

O dia de ontem foi apenas o pontapé inicial de um processo que ainda renderá novas etapas no próximo ano. Como já era de se esperar, visto a complexidade do caso, a audiência de instrução sobre a morte do torcedor Paulo Ricardo terá sequência em fevereiro de 2015. Entre os familiares da vítima, o clima era de muita emoção.

JUIZ decidiu suspender a sessão de ontem. Ainda faltam ser ouvidas cinco testemunhas e o trio de réus

JUSTAVO LUCCHESI

Para que a justiça não falhe, mesmo que tarde, a Audiência de Instrução e Julgamento da morte do torcedor Paulo Ricardo Gomes da Silva, iniciada ontem à tarde, foi suspensa e terá sequência no dia 4 de fevereiro, na mesma 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, o Fórum Rodolfo Aureliano. A decisão de convocar mais uma sessão nesta etapa processual foi uma atitude tomada pelo juiz Jorge Luiz dos Santos Henriques, como muitos já esperavam. A explicação é que se trata de um caso bastante complexo e com muitas testemunhas, por isso não foi possível terminar de ouvir todos os envolvidos. Neste

do ano que vem seja suficiente para ouvir as cinco testemunhas restantes - duas de acusação e três de defesa - além do trio de réus. Depois disso, o juiz irá proferir uma sentença de pronúncia, definindo se os indiciados irão a júri popular ou se eles serão absolvidos, com a primeira hipótese sendo praticamente inevitável.

Logo após a entrada dos acusados, os advogados de defesa do trio conversaram com a Imprensa. Apesar de avisarem que iriam esperar o fim dos depoimentos para informar a linha que iriam atuar, os criminalistas anteciparam as suas intenções. "Queremos provar que não houve a intenção de matar, e consequentemente eliminar as três tentativas de homicídio que eles estão sendo acusados. Não houve dolo. Queremos que o artigo seja desclassificado e assim evitaria o júri popular, passando a ser tratado pela vara criminal. Estamos confiantes nisso", explicou Adelson José, defensor de Éverton Felipe.



Jedson Nobre

MOMENTO da chegada dos acusados ao Fórum

período de quase quatro horas, apenas sete depoentes de acusação foram ouvidos. Um não foi encontrado e outro mora em Igarassu e não pôde comparecer, por isso será ouvido através de uma carta precatória. O que não foi localizado será substituído pela delegada Gleide Ângelo, da Polícia Civil, responsável pelo caso.

No processo, são 12 declarantes no total, sendo nove de acusação e apenas três de defesa. Os três acusados de cometer o crime, Éverton Felipe Santiago Santana, 23, Luiz Cabral de Araújo Neto, 30, e Waldir Pessoa Firmo Júnior, 34, também não foram escutados ontem. A expectativa é que a audiência no começo

Presentes no fórum desde as 13h20 até o término da audiência, por volta das 18h, o clima era de muita emoção entre os familiares de Paulo Ricardo Gomes da Silva, morto ao ser atingido na cabeça por um vaso sanitário arremessado das arquibancadas do estádio do Arruda. Com uma camisa homenageando o ente falecido, Tiago Valdevino, tio da vítima, tentou descrever a sensação. “Você acha que está preparado de olhar para a cara desses monstros, mas na verdade fica sem reação na hora. É uma mistura de ódio, vingança, vontade de fazer justiça com as próprias mãos. É difícil ter controle. Sabíamos que a Justiça é lenta, mas ela será feita”, comentou Tiago.

Assunto: Suspensa ordem de prisão para bolsista

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: Local

Seção/Repórter:

Página: A4

Data: 18/12/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

DECISÃO

Suspensa prisão de mulher que deve pensão

A Justiça suspendeu ontem, por 15 dias, a prisão de uma bolsista da UFPE que deve R\$ 12,7 mil de pensão alimentícia aos dois filhos, de 14 e 17 anos, que teve com o ex-marido, um promotor de Justiça.



O objetivo é tentar um acordo. Ela recebe R\$ 1,5 mil de salário e alega não ter condições de pagar.

Assunto: Audiência de Instrução e julgamento - Crime no Arruda

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: Superesportes

Seção/Repórter:

Página: C1

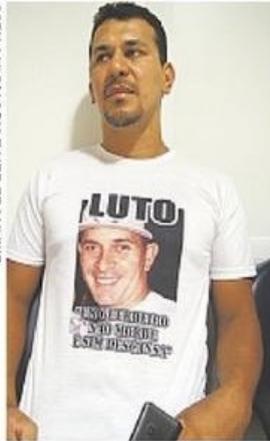
Data: 18/12/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

crime

Só o início da audiência

EMANUEL LEITE JR./DP/D.A. PRESS



Sete testemunhas foram ouvidas ontem, na audiência de instrução do processo do homicídio de Paulo Ricardo Gomes da Silva. Em fevereiro, serão ouvidas mais testemunhas e os acusados. PÁGINA C4

Assunto: Audiência de Instrução e julgamento - Crime no Arruda

Veículo: Folha de Pernambuco

Editoria: Superesportes

Página: C4

Seção/Repórter:

Data: 18/12/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO



RICARDO FERNANDES/DP/D.A PRESS



Família de Paulo Ricardo esteve presente ontem no Fórum Rodolfo Aureliano

+ saibamais

Audiência de ontem

7 testemunhas do Ministério Público ouvidas

Sequência da audiência

4 de fevereiro

13h

Faltam ser ouvidas

1 testemunha do Ministério Público

3 testemunhas de defesa

3 acusados

Mais um capítulo

Audiência de instrução do processo do homicídio de Paulo Ricardo Gomes da Silva começou com sete testemunhas

EMANUEL LEITE JR.
ESPECIAL PARA O DIÁRIO
emanuelleite.pe@dabr.com.br

Como já era esperado, ficou para o dia 4 de fevereiro de 2015 a continuação da audiência de ins-

trução do processo do caso do homicídio de Paulo Ricardo Gomes da Silva, 26 anos, que morreu ao ser atingido por uma bacia sanitária jogada da arquibancada do Arruda em 2 de maio deste ano. Ontem, na 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, foram ouvidas sete testemunhas do Ministério Público. Em fevereiro, vão ser ouvidas as demais testemunhas, além dos acusados. Depois, alegações finais. E, então, o juiz decide se o caso vai a júri popular ou não.

Os acusados chegaram alge-

mados e escoltados por agentes penitenciários. A família de Paulo Ricardo já estava no local, porém não se manifestou. Os oito familiares trajavam camisas com a foto da vítima com as mensagens "luto" e "um guerreiro não morre e sim descansa." Dentre eles, estava a avó, Maria de Nazaré. Muita emocionada, ela clamava por justiça. O mesmo pedia o tio da vítima, Tiago Valdevino. "Acreditamos na capacidade da promotoria e confiamos na condenação", disse.

Como não foi possível ouvir

todas as testemunhas da acusação, ficou definida nova data para a audiência. Marinho, presidente da Torcida Jovem, não foi localizado e esteve ausente. A pedido da promotoria, ele foi substituído pela delegada Gleide Ângelo, que vai ser ouvida pelo lado do MP. Paulo Sales, advogado do acusado Luiz Cabral, porém, pediu que Marinho fosse ouvido como testemunha de defesa, o que deve ocorrer no dia 4 de fevereiro. Na ocasião, vão se ouvir as demais testemunhas de defesa e os acusados.

Assunto: Justiça determina afastamento de 10 vereadores de Caruaru investigados por corrupção	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 18/12/2014
Editoria:	Seção:



Justiça determina afastamento de 10 vereadores de Caruaru investigados por corrupção

Por decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), os 10 vereadores da Câmara Municipal de Caruaru, envolvidos nas investigações da Operação Ponto Final I deverão ser afastados dos cargos. Os parlamentares são acusados de cobrar propina para aprovação de projetos do governo do prefeito da José Queiroz (PDT).

Os dez vereadores alvos da decisão do TJPE são: Neto (PMN), Eduardo Cantarelli (SD), Cecílio Pedro (PTB), Val das Renderias (Pros), Pastor Jadiel (Pros), Jajá (sem partido), Evandro Silva (PMDB), Louro do Juá (SD), Sivaldo Oliveira (PP) e Val de Cachoeira Seca (DEM).

A decisão foi tomada na última terça-feira (16), por maioria dos votos, em sessão na Câmara Criminal do TJPE, e divulgada na manhã desta quarta-feira (17) pelo Tribunal. Os parlamentares deverão ser afastados dos cargos após a Câmara Municipal de Caruaru receber notificação. Os vereadores ainda podem recorrer da decisão.

A operação Ponto Final foi deflagrada no dia 18 de dezembro do ano passado e gerou a prisão de dez vereadores do município do Agreste. De acordo com as investigações da Polícia, os vereadores investigados são suspeitos de corrupção passiva, de crime contra a administração pública (concessão) e de organização criminosa. O grupo chegou a ser preso preventivamente, mas pouco tempo depois retomou as atividades na Câmara Municipal.

Ao todo, 763 horas de gravações de conversas foram ouvidas pela polícia. O material foi gravado com a cooperação de Marcos Casé, que na ocasião era secretário de Relações Institucionais da cidade. Entre os projetos cuja a aprovação teria sido condicionada ao pagamento de propinas está a implantação do BRT em Caruaru. Para aprovar o projeto de lei de R\$ 2 milhões, cada vereador teria recebido R\$ 500 mil pelo voto.

Assunto: Justiça suspende prisão de bolsista da UFPE	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 18/12/2014
Editoria:	Seção:



Justiça suspende prisão de bolsista da UFPE

Ato vale por quinze dias e objetiva tentativa de acordo

A Justiça suspendeu ontem, por quinze dias, a prisão civil de uma bolsista da Universidade Federal de Pernambuco que devia R\$ 12,7 mil relativos à pensão alimentícia de dois filhos, uma adolescente de 14 anos e um jovem de 17, filhos do ex-marido, um promotor de Justiça. Familiares e amigos lançaram campanha na última sexta-feira para arrecadar dinheiro e pagar a pensão atrasada.

A suspensão é uma tentativa, segundo a Justiça, de acordo entre as partes. O caso da estudante ganhou repercussão nas redes sociais porque ela recebe R\$ 1,5 mil mensais, o que, segundo ela, não é suficiente para pagar a pensão, orçada em 80% do salário mínimo. A Justiça também determinou a intimação da bolsista e recolhimento dos mandados de prisão expedidos.

O advogado Fernando Muniz, que defende o promotor, disse que procurou a Justiça para propor acordo no sentido da dívida ser paga, mesmo que parcelada, já que a dívida é irrenunciável, e desocupação do apartamento que, segundo Muniz, pertence ao promotor.

Assunto: Audiência sobre morte de torcedor atingido por privada é suspensa	
Veículo: G1PE	Data: 18/12/2014
Editoria:	Seção:



Audiência sobre morte de torcedor atingido por privada é suspensa

Juiz ouviu sete testemunhas de acusação, na tarde desta quarta (17). Justiça marcou nova sessão para 4 de fevereiro para ouvir os réus.



Tio leva foto de torcedor assassinado no celular e na camisa (Foto: Luna Markman/G1)

A audiência de instrução sobre o julgamento de três réus denunciados pela morte de um torcedor do Sport, atingido por um vaso sanitário no estádio do Arruda, Zona Norte do Recife, em maio deste ano, foi suspensa após sete testemunhas de acusação serem ouvidas, nesta quarta-feira (17), no Fórum Rodolfo Aureliano.

A audiência vai continuar no próximo dia 4 de fevereiro, quando o juiz Jorge Luiz dos Santos, da 2ª Vara do Tribunal do Júri, irá ouvir as testemunhas de defesa e os três acusados. Depois, o magistrado definirá se o caso irá ou não a júri popular. Familiares do torcedor assassinado Paulo Ricardo Gomes da Silva, 26 anos, estiveram no fórum e demonstraram confiança na condenação dos réus.

A audiência começou por volta das 13h30 e foi suspensa quatro horas depois. Ao todo, 12 testemunhas foram intimadas pela Justiça.

Das nove de acusação, sete apareceram e cinco foram ouvidas, entre elas policiais envolvidos na ocorrência e torcedores do Sport e Santa Cruz. Uma das que faltaram é uma das vítimas atingidas por estilhaços dos sanitários, que será ouvida por meio de carta precatória, na comarca de Igarassu, na Região Metropolitana do Recife, até 18 de janeiro.



Família do torcedor assassinado estampou foto dele na camisa para acompanhar sessão (Foto: Luna Markman/G1)

A segunda testemunha que não esteve presente é presidente de uma das torcidas organizadas do Sport, cujo mandado foi enviado ao presídio onde ele estava recluso. No entanto, quando o documento chegou, ele já estava solto. O promotor Roberto Brayner pediu que essa testemunha fosse substituída pela delegada Gleide Ângelo, responsável pelo inquérito policial, solicitação aceita pelo juiz. O advogado de um dos réus pediu, então, que essa testemunha fosse arrolada pela defesa na próxima audiência, pedido também aceito.

Família em luto

Pelo menos oito familiares do torcedor assassinado foram ao fórum com a foto da vítima estampada na camisa. "Eu acho que eles não têm como se safar, pois são réus confessos. Só espero que eles levem a condenação máxima. Estamos passando por um momento horrível desde a morte dele, com

dificuldades financeiras inclusive", disse o tio de Paulo Ricardo, o técnico de segurança eletrônica TiagoValdevino da Silva.

Segundo o tio, Paulo Ricardo trabalhava como caldeireiro em uma empresa localizada no Porto de Suape, no Litoral Sul de Pernambuco, e o salário ajudava a pagar as despesas da mãe dele. "Toda a família frequentava jogo. Existia medo da violência, mas a gente nunca esperava algo assim. Eu fui para um jogo há uns dois meses, mas não foi a mesma coisa, não teve a mesma empolgação, porque tudo lembrava ele", comentou.

O advogado da família de Paulo Ricardo, Eduardo Figueiredo, quer que os réus sejam levados ao Tribunal do Júri. "Cremos que o trabalho conduzido pela polícia seja o suficiente para mostrar a autoria [do crime]. Estamos trabalhando para que todos sejam pronunciados e levados a júri popular", disse.

Entenda o caso

No dia 2 de maio, Paulo Ricardo, que era torcedor do Sport, foi até o Arruda assistir ao jogo entre Santa Cruz e Paraná pela 2ª divisão do Campeonato Brasileiro e, na saída, foi atingido por um dos dois vasos sanitários lançados de uma altura de 24 metros por torcedores tricolores, morrendo no local. Outros três torcedores também ficaram feridos por estilhaços dos sanitários.



Advogados dos réus acreditam que eles não tiveram intenção de matar (Foto: Reprodução/ TV Globo)

Os réus Waldir Pessoa Firmo Júnior, 34 anos, Luiz Cabral de Araújo Neto, 30, e Everton Filipe Santana, 23, vão responder por homicídio duplamente qualificado com o agravante de motivo fútil. Após a suspensão da audiência, eles voltaram para o Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, Grande Recife.

Todos os advogados dos réus disseram que eles não tiveram a intenção de matar. "Nós não entendemos haver nenhum tipo de dolo, de intenção de matar ou tentar matar alguém. Agora, a tese [de defesa], realmente, nós vamos dizer após a instrução criminal", comentou o advogado Paulo Sales, que defende Luiz Cabral.

Assunto: Vereadores investigados na 'Ponto Final' são afastados pelo TJPE	
Veículo: G1Caruaru e Região	Data: 18/12/2014
Editoria:	Seção:



Vereadores investigados na 'Ponto Final' são afastados pelo TJPE

Decisão foi dos desembargadores da 4ª Câmara Criminal, informa assessoria. Bancada de defesa dos parlamentares ainda não foi notificada, diz advogado.

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) determinou o afastamento dos dez vereadores envolvidos na Operação Ponto Final I. De acordo com a assessoria de imprensa do TJPE, a decisão foi por maioria de votos dos desembargadores da 4ª Câmara Criminal. Os parlamentares devem cumprir a determinação quando a Câmara de Vereadores for notificada.

De acordo com o advogado Saulo Amazonas, a bancada de defesa dos parlamentares ainda não foi notificada sobre a decisão. "Nós tivemos acesso à resenha da decisão. A determinação é em relação à medida de segurança para que os vereadores não influenciassem na instrução processual, por causa das testemunhas. Mas isso não faz sentido pois o processo já acabou. Além disso, durante todo esse ano não tivemos nenhuma notícia de que eles estivessem influenciando no processo", explica. Ainda segundo Amazonas, a equipe de defesa avaliará a quem vai recorrer. "Vamos recorrer assim que possível, mas iremos avaliar se ao próprio TJPE ou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ)", destaca.

Entenda

Os vereadores Jadiel Nascimento (PROS), Sivaldo Oliveira (PP), Val das Rendeiras (PROS), Cecílio Pedro (PTB), Val (DEM), Louro do Juá (SDD), Eduardo Cantarelli (SDD), Neto (PMN), Evandro Silva (PMDB) e Jajá (sem partido) foram presos no dia 18 de dezembro de 2013 durante a Operação Ponto Final, da Polícia Civil.

De acordo com a Polícia Civil, os parlamentares são suspeitos de prática de corrupção passiva, que é a solicitação de vantagem indevida; de concussão, que é crime contra a administração pública; e de organização criminosa, que é a integração e ações de cunho criminal. No caso dos vereadores, por serem funcionários públicos, a pena de Organização Criminosa pode aumentar de 1/6 a 2/3.

Assunto: Audiência sobre torcedor morto por vaso sanitário vai continuar em 2015	
Veículo: JConline	Data: 18/12/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Audiência sobre torcedor morto por vaso sanitário vai continuar em 2015

Hoje foram ouvidas sete testemunhas de acusação. Em fevereiro, devem ser ouvidas mais sete pessoas, inclusive os réus

Os parentes do soldador naval Paulo Ricardo Gomes, de 26 anos, assassinado no dia 2 de maio deste ano ao ser atingido por um dos dois vasos sanitários jogados da arquibancada do Arruda, queriam, ao menos, terminar o ano com a certeza de que os responsáveis pelo crime seriam levados a júri popular. A decisão poderia ter saído nesta quarta-feira. Mas não aconteceu. A audiência de instrução e julgamento dos três acusados começou no início da tarde desta quarta na 2ª Vara do Tribunal do Júri, no Fórum Rodolfo Aureliano, em Joana Bezerra, mas foi suspensa antes do anoitecer. Ela continuará no dia 4 de fevereiro de 2015, às 13h, no mesmo local.

Hoje, o juiz Jorge Luiz dos Santos Henrique ouviu sete testemunhas de acusação. Duas não compareceram. Uma delas é vítima dos estilhaços dos vasos, que terá seu depoimento tomado por meio de carta precatória em Igarassu até o dia 18 de janeiro do próximo ano. A outra é o presidente da Torcida Jovem do Sport, Mário de Azevedo Santos Júnior, Marinho, de 35 anos, que foi preso no mês passado por conta de uma briga entre torcidas organizadas no Centro do Recife.

Segundo o tribunal, um mandado foi enviado primeiro para a sua casa. Depois, um novo documento foi encaminhado ao Centro de Triagem (Cotel), em Abreu e Lima, Grande Recife, onde ele estava preso, mas, de acordo com o tribunal, não foi entregue porque ele já teria sido solto. Foi pedido, então, que a testemunha fosse substituída pela delegada Gleide Ângelo, que ficou à frente do inquérito policial do caso. A solicitação foi aceita pelo juiz.

A delegada deve ser ouvida na continuação da audiência em fevereiro do próximo ano com três testemunhas de defesa e os três réus - Éverton Filipe Santiago Santana, 23 anos, Luiz Cabral de Araújo Neto, 30, e Waldir Pessoa Firmo Júnior, 34 - que depois da audiência desta quarta retornaram ao Cotel. Os defensores deles insistiram na tese de que os mesmos não tiveram a intenção de matar. “Nós estamos convencidos de que não houve nenhum tipo de dolo, ou seja, não existiu a intenção de tentar matar ninguém e vamos mostrar isso”, afirmou o advogado Paulo Sales.

No final da audiência, o juiz Jorge Luiz vai decidir se os réus serão levados ou não para júri popular, o mais provável tendo em vista as provas reunidas no processo. Essa é a esperança da família de Paulo Ricardo, que compareceu ontem ao local, com camisas com a foto dele e a frase “um guerreiro não morre, e sim descansa”. “Acho que não tem como se safarem até porque são réus confessos. Eles têm que ir a júri popular. Acreditamos nas autoridades, no Poder Judiciário, então, esperamos que a justiça seja feita, que eles sejam condenados e com pena máxima”, disse Tiago Valdevino, tio de Paulo.

Assunto: Alívio com canabidiol subsidiado - 5ª Vara da Fazenda Pública do Recife	
Veículo: JConline	Data: 18/12/2014
Editoria:	Seção:

jornal do commercio

Alívio com canabidiol subsidiado

Maycon Cavalcanti, 4 anos, que tem epilepsia, é um dos primeiros brasileiros a ganhar direito de receber gratuitamente do Estado medicação feita de substância da maconha



Silvia comenta que a medicação vai ser muito importante para a manutenção da qualidade de vida do pequeno Maycon

Há cerca de dois anos, o menino Maycon Cavalcanti Alcântara, 4 anos, teve a primeira convulsão decorrente da epilepsia. Desde então, tem até oito crises diariamente, o que totaliza mais de 200 por mês. Para controlar os episódios, ele já fez uso de várias medicações convencionais, que não apresentaram eficácia. O garoto representa um dos poucos pacientes no Brasil que ganharam o direito de receber gratuitamente do Estado o canabidiol (CBD), substância encontrada na maconha. A decisão é do juiz Haroldo Carneiro Leão Sobrinho, da 5ª Vara da Fazenda Pública do Recife.

“Estamos agora à espera da compra do medicamento pela Secretaria de Saúde de Pernambuco. Vamos ficar em cima até ter o CBD em mãos”, conta o pai de Maycon, o profissional autônomo Jackson Alcântara, 40. Na terça-feira (16), o Diário Oficial da União publicou decisão do Conselho Federal de Medicina (CFM) de liberar a prescrição do CBD para tratamento de crianças e adolescentes como Maycon, com epilepsia e convulsões que não tenham respondido bem a outras medicações.

A resolução do CFM, na opinião de alguns médicos, tem lacunas porque limita a prescrição de um produto que, na prática e na literatura médica, apresentou eficácia para doenças como esclerose múltipla, Alzheimer, Parkinson, alguns tipos de câncer e dores neuropáticas. “Não ficou clara a questão sobre os critérios usados pelo CFM para limitar o uso do CBD por uma faixa etária com um determinado problema de saúde. Por que não autorizar a aplicação de outros derivados da planta? E por que só neurologistas, neurocirurgiões e psiquiatras estão aptos a fazer a prescrição do medicamento?”, questiona o médico Pedro da Costa Mello Neto.

O médico, que atua em Pernambuco, já é membro da Associação Medicinal da Maconha, criada no Rio de Janeiro no sábado (13). Segundo Pedro, a entidade tem como objetivo defender o uso da substância por quem se enquadra nos critérios para uso dos derivados da planta através do cultivo e importação de maneira legal. “Já sabemos que o produto, quando bem indicado, ajuda a reduzir crises convulsivas e, conseqüentemente, melhora o estado de alerta do paciente, o tônus muscular e o desenvolvimento psicomotor”, explica.

No caso de Maycon, cuja família conseguiu autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), em caráter excepcional, para importação do CBD, já foi observada melhora do quadro clínico com uma ampola do produto. “Em 15 dias de uso, ele só teve uma crise diariamente, passou a interagir mais e ficou mais esperto. Mas não temos condições de custear a medicação. Por isso, a decisão judicial chegou em boa hora”, relata o pai de Maycon.

Embora os médicos passem a ter chancela do CFM para receitar CBD em alguns casos, a substância continua classificada pela Anvisa como de uso proscrito – ou seja, só pode ser importada após autorização da agência e da apresentação de documentos por parte dos pacientes. Até agora, a Anvisa recebeu 297 pedidos de importação de canabidiol para uso pessoal (238 foram autorizados).

A professora Ingrid Farias, 25, é mais uma paciente que recorre à substância encontrada na maconha. “Já fiz uso de vários medicamentos para tratar dor crônica. Só consegui ficar bem depois que comecei a usar o produto por indicação médica”, conta Ingrid, representante do Coletivo Antiproibicionista de Pernambuco. “Precisamos trabalhar para ampliar o debate sobre os benefícios da maconha medicinal”, ressalta Ingrid.

Assunto: Operação Ponto Final completa um ano, ainda sem fim	
Veículo: NE10	Data: 18/12/2014
Editoria:	Seção:



Operação Ponto Final completa um ano, ainda sem fim

No dia 18 de dezembro de 2013 a justiça deu voz de prisão à 10 vereadores envolvidos em esquema de corrupção

Faz um ano, nesta quinta-feira (18), que a política de Caruaru, Agreste de Pernambuco, se tornou destaque na imprensa nacional, com a prisão de dez vereadores do município. Os principais jornais do país, como o Jornal do Commercio, deram destaque ao caso. Tudo começou devido ao projeto do BRT, com a proposta de criar um corredor exclusivo para o transporte público da cidade. O projeto teve orçamento, aprovado em dezembro de 2013, de 250 milhões de reais e seria contraído junto ao BNDES.

Na Câmara de Caruaru, a proposta teve 17 votos a favor, 5 contra e 1 abstenção. Porém, segundo investigações da Polícia Civil, os vereadores teriam cobrado propina para aprovar este projeto, do prefeito José Queiroz (PDT). Na manhã do dia 18 de dezembro de 2013, a justiça deu voz de prisão aos vereadores Neto (PMN), Eduardo Cantarelli (SD), Cecílio Pedro (PTB), Val das Rendeira (PROS), Jadiel Nascimento (PROS), Jajá, Evandro Silva (PMDB), Louro do Juá (SD), Sivaldo Oliveira (PP) e Val de Cachoeira Seca (DEM).

Participaram da Operação Ponto Final I, 120 policiais civis, entre delegados, agentes e escrivães. Ao longo deste período novas investigações foram feitas pela polícia, culminando na Operação Ponto Final II. O processo entrou em novas fases, com a apresentação de gravações do processo, à imprensa, pelos vereadores acusados que, segundo eles, reforça a ideia do esquema de armação por parte do poder executivo. Após um ano das prisões, o Tribunal de Justiça de Pernambuco determinou, nesta terça-feira (16), um novo afastamento dos dez vereadores, das funções legislativas.

Assunto: Vereadores investigados na 'Ponto Final' são afastados pelo TJPE	
Veículo: G1Caruaru e Região	Data: 18/12/2014
Editoria:	Seção:



Acusados chegam ao fórum para audiência de instrução. Foto: Bobby Fabisak/JC Imagem

A audiência de instrução dos acusados de matar o soldador naval Paulo Ricardo Gomes depois de atirarem dois vasos sanitários após o jogo Santa Cruz x Paraná, no Arruda, pela Série B do Brasileiro foi suspensa no fim da tarde desta quarta-feira (17), no Fórum Rodolfo Aureliano, em Joana Bezerra porque não seria possível ouvir todas as testemunhas. O juiz Jorge Luiz dos Santos Henrique ouviu sete testemunhas de acusação. A continuação está marcada para o dia 4 de fevereiro de 2015, no mesmo local. O crime aconteceu no último dia 2 de maio.

Três homens confessaram ter atirado dois vasos sanitários onde se encontravam membros de uma torcida organizada do Paraná Clube. Paulo Ricardo, atingido na cabeça, era membro da Torcida Jovem do Sport, que mantém um convênio com a facção paranaense. Éverton Filipe Santiago Santa, 23 anos; Luiz Cabral de Araújo Neto, 30; e Waldir Pessoa Firmo Júnior, 34, são os acusados.

Assunto: Vereadores de Caruaru voltam a ser afastados pelo TJPE	
Veículo: Blog de Jamildo	Data: 18/12/2014
Editoria:	Seção:



Vereadores de Caruaru voltam a ser afastados pelo TJPE



Os dez vereadores de Caruaru envolvidos na primeira fase da Operação Ponto Final voltaram a ser afastados do cargo nesta quarta-feira (17) pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Na prática, apenas cinco dos vereadores vão deixar os cargos: Louro do Juá (SD), Jajá (sem partido), Sivaldo Oliveira (PP), Cecílio Pedro (PTB) e Eduardo Cantarelli (SD). Isso porque os outros cinco vereadores já estavam afastados pela segunda fase da Ponto Final: Neto (PMN), Val das Rendeiras (PROS), Pastor Jadiel (PROS), Evandro Silva (PMDB) e Val de Cachoeira Seca (DEM).

Na Operação Ponto Final 1, os vereadores foram acusados de cobrar propina para aprovar projetos favoráveis à Prefeitura de Caruaru. Na Ponto Final 2, os edis foram acusados de corrupção para abertura de uma CPI cujo objetivo seria cobrar do Executivo para que ela fosse encerrada.

Os vereadores estudam a possibilidade de recorrer da decisão. Eles podem levar o caso ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e, posteriormente, ao Supremo Tribunal Federal (STF). O afastamento dos vereadores foi confirmado ao Blog de Jamildo pela assessoria do TJPE.

A decisão é dos desembargadores que compõem a 4ª Câmara Criminal do Tribunal: Gustavo Augusto Rodrigues de Lima, Odilon Oliveira Neto e Marco Antônio Cabral Maggi. Eles concordaram com o afastamento que havia sido dado pelo juiz Francisco de Assis de Moraes Júnior, da 4ª Vara de Caruaru, que havia sido derrubada por meio de liminar.

Assunto: Dez vereadores afastados em Caruaru	
Veículo: Blog do Magno	Data: 18/12/2014
Editoria:	Seção:



Dez vereadores afastados em Caruaru

De acordo com um documento assinado por desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco ao qual o blog do Mário Flávio teve acesso, dez vereadores caruaruenses, indiciados pela Operação Ponto Final 1, devem ser afastados das funções públicas nos próximos dias.

Com isso, assim que a Câmara for notificada, os vereadores Neto (PMN), Eduardo Cantarelli (SD), Cecílio Pedro (PTB), Val das Renderias (Pros), Pastor Jadiel (Pros), Jajá (sem partido), Evandro Silva (PMDB), Louro do Juá (SD), Sivaldo Oliveira (PP) e Val de Cachoeira Seca (DEM) irão passar por um novo afastamento. A defesa dos vereadores vai recorrer da decisão junto ao próprio TJPE.

Assunto: Afastamento de vereadores de Caruaru pode atrasar eleição da mesa diretora	
Veículo: Blog da Folha	Data: 18/12/2014
Editoria:	Seção:



Afastamento de vereadores de Caruaru pode atrasar eleição da mesa diretora

O pedido de afastamento dos 10 vereadores envolvidos em atos de corrupção no município de Caruaru deve ser enviado à Câmara Municipal ainda nesta quarta-feira (17). Caso seja apresentada ao Poder Legislativo, a notificação do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) poderá atrasar a eleição da Mesa Diretora da Casa.

Com o afastamento dos parlamentares envolvidos, a nomeação dos suplentes só deve acontecer após a votação das pautas do Poder Executivo que estão pendentes. Diante deste cenário, a disputa entre os candidatos à presidência da Mesa Diretora, Gilberto de Dora (PSB) e o atual titular Leonardo Chaves (PSD), ficou ainda mais acirrada. Isso porque as negociações sobre o apoio aos dois postulantes ainda estão sendo feitas.

Segundo Leonardo Chaves, a eleição pode acontecer ainda na próxima terça-feira (23), caso consigam votar os projetos do Executivo à tempo. Caso contrário, deverão convocar uma sessão extraordinária no dia de Natal (25) para garantir o pleito. Ele também acredita que a notificação do TJPE só deve chegar à Casa na semana que vem, mas o afastamento dos vereadores condenados não deve comprometer as atividades programadas, pois os suplentes podem ser convocados em caráter de urgência.

O advogado dos vereadores envolvidos em cobrança de propinas, Saulo Amazonas, afirmou que não foi notificado. Os parlamentares acusados pela Operação Ponto Final I da Polícia Civil são Neto (PMN), Eduardo Cantarelli (SD), Cecílio Pedro (PTB), Val das Renderias (Pros), Pastor Jadiel (Pros), Jajá (sem partido), Evandro Silva (PMDB), Louro do Juá (SD), Sivaldo Oliveira (PP) e Val de Cachoeira Seca (DEM).

Assunto: TJPE afasta 10 vereadores por corrupção em Caruaru	
Veículo: Blog da Folha	Data: 18/12/2014
Editoria:	Seção:



TJPE afasta 10 vereadores por corrupção em Caruaru

O Tribunal de Justiça do Estado (TJPE) determinou o afastamento dos 10 vereadores do município de Caruaru acusados de cobrar propina para aprovação dos projetos de Lei enviados pelo prefeito José Queiroz (PDT). A decisão foi tomada com base na Operação Ponto Final I da Polícia Civil, que produziu um relatório com 600 páginas sobre o esquema de corrupção ativa.

Os vereadores acusados Neto (PMN), Eduardo Cantarelli (SD), Cecílio Pedro (PTB), Val das Renderias (Pros), Pastor Jadiel (Pros), Jajá (sem partido), Evandro Silva (PMDB), Louro do Juá (SD), Sivaldo Oliveira (PP) e Val de Cachoeira Seca (DEM) devem ser afastados assim que a Câmara Municipal de Caruaru for notificada.

Todos eles já haviam sido expulsos dos cargos, em função das denúncias. No entanto, reassumiram os mandatos após liberação de uma liminar na Justiça. A nova decisão judicial